

FORMULÁRIO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – PESSOA FÍSICA
Credenciamento nº 01/2024

Nome completo:		
RG nº:	CPF:	
Celular/Whatsapp:		
E-mail:		
Endereço:		Nº:
Bairro:	CEP:	
Cidade:		Estado:
Pagamentos/Dados Bancários		
Nome do Banco:	Ag:	C/C:
Chave PIX:		
Identificação do tipo de chave: () Aleatória () Celular () CPF/CNPJ () E-mail		

SOLICITO ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, o Credenciamento para prestar os serviços de locação de veículos com motoristas, visando atender ao Cartório Eleitoral, utilizando-se do veículo de minha posse/propriedade, no pleito eleitoral de 2024, nos termos da tabela do ANEXO I do Termo de Referência e conforme condições e exigências estabelecidas no Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 01/2024, conforme os dados abaixo:

Zona Eleitoral nº:	Município:
Tipo do veículo: () Passeio () Utilitário () Lotação	
Marca/Modelo:	Placa:
Ano de fabricação:	Combustível:

Declaro para os devidos fins que conheço e me submeto a todas as exigências do Edital de Credenciamento n.º 01/2024 e que possuo todas as exigências contidas no Termo de Referência anexo ao Edital.

Local e data:

Assinatura:

Orientações de preenchimento:

1. O formulário deverá ser digitado ou preenchido em letra de forma legível e devidamente assinado pelo inscrito ou representante legal. Após o preenchimento e assinatura, o formulário deverá ser digitalizado e encaminhado conforme orientações no sítio eletrônico do TRE-CE **www.tre-ce.jus.br**.
2. Todos os documentos a serem enviados deverão ser digitalizados e encaminhados na ordem abaixo:

Pessoa Física:

- a) () Cópia da Carteira Nacional de Habilitação do motorista;
- b) () CRLV atualizado do veículo em nome do proponente ou com instrumento particular com firma reconhecida, onde deverá constar que o motorista detém a posse do veículo pelo período de validade do contrato e que este será utilizado para os fins constantes no Termo de Referência. Deverá constar, ainda, cláusula em que o cedente desobriga o cessionário e o TRE de qualquer ônus oriundo da utilização do bem na prestação do serviço;
- c) () Comprovante de endereço atualizado (que não tenha data de emissão a mais de 90 dias);

Nota: O comprovante de endereço a ser apresentado deve estar em nome do inscrito.

Não havendo, deverá ser apresentado de forma complementar DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA.

- d) () Comprovante de situação cadastral, do CPF, junto à Receita Federal (CPF);
- e) () Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- f) () Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) () Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- h) () Cópia da inscrição do PIS/PASEP/NIT.

OBS 1. A responsabilidade das informações apresentadas é exclusivamente do proponente.

OBS 2. A falta de documentação ou de preenchimento implicará a impossibilidade de homologação do credenciamento.